

jornal da tarde

Publicado pela S. A. O Estado de S. Paulo

Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55. Tel.: 266-7099 (PABX).



Fundado em 1875

JULIO MESQUITA

(1891 - 1927)

JULIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA

(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
Joaquim Douglas
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

As novas sugestões sobre economia. Brasil como evitar o caos

Ontem tivemos no noticiário econômico mais algumas demonstrações de ginástica mental destinadas a encontrar uma fórmula exequível para baixar as taxas de juros e equacionar, simultaneamente, o problema das contas externas. Numa reunião da Federação das Indústrias de São Paulo o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, que também é conselheiro da Fiesp, perguntou se alguém conhecia alguma maneira de baixar os juros e estimular as exportações sem uma nova maximização. Como ninguém parece ter aceito o desafio da resposta, ele mesmo passou a defender a necessidade de uma nova maxi, como requisito preliminar à solução de outros problemas.

Enquanto isso, em diversas colunas dos jornais, vimos várias notícias sobre o aumento do desemprego nos Estados brasileiros e diferentes opiniões a respeito de mecanismos capazes de conciliar o absolutamente inconciliável, isto é, a contenção do desemprego sem a retomada do crescimento, que depende da queda dos juros, que continuam subindo, e da melhoria das contas externas, que é uma mágica que o sr. Langoni não está conseguindo fazer.

Repetimos o que já afirmamos ontem: tudo isso é muito útil e construtivo, porque ajuda a Nação a tomar consciência dos seus problemas e ajuda a aproximar governados e governantes — se é que estes últimos apreciam ou desejam tal aproximação. No plano, portanto, político, da ampliação do diálogo nacional, tudo isso é muito interessante. Mas a verdadeira e confiável solução para as nossas atuais dificuldades econômicas não virá, como também já dissemos, de truques financeiros ou administrativos, por mais engenhosos que sejam. Só poderá ser encontrada, no plano internacional, a partir: 1) de um acordo internacional sobre a questão da dívida dos países em desenvolvimento, que jamais será paga enquanto persistir a recessão; 2) da adoção de uma política conjunta de recuperação econômica por parte dos principais países industrializados.

Felizmente notamos que a marcha das idéias e sugestões para o equacionamento global da dívida externa dos países em desenvolvimento vem-se acelerando e apresentando, a cada dia que passa, novos avanços. Ontem mesmo, nosso comentarista econômico, Celso Ming, fazendo um balanço delas, mencionava uma proposta de Henry Kaufman, conhecido analista norte-americano, de que se congele o pagamento da dívida dos países em desenvolvimento pelo prazo de 20 ou 30 anos. Essa idéia foi retomada num Seminário do Centro Europeu de Administração, em Davos, na Suíça. Uma elaboração da idéia previa que os governos dos países mais ricos criassem um fundo que serviria para refinanciar as dívidas já contraídas, em prazos mais longos e juros mais baixos.

O próprio Fundo Monetário Internacional poderia, inclusive, ser aparelhado para essa função,

se com isso concordasse os governos dos países membros. Uma vez ampliado o capital do FMI e suas possibilidades de recorrer à captação de recursos no mercado privado de capitais (através da venda de bônus), ou a empréstimos diretos tomados pelo próprio FMI, junto a governos de países superavitários, seria fácil pôr em marcha um esquema ordenado e eficaz de refinanciamento.

Até mesmo do Brasil já partiu uma proposta útil. O prof. Otávio Gouveia de Bulhões, que conhece como poucos os mecanismos das organizações financeiras internacionais, já defendeu, em entrevistas e artigos, a idéia de criação de uma espécie de clearing-house plurinacional, uma câmara de compensação de balanços de pagamentos. Os países com superávit externo depositariam esse superávit, ou uma determinada porcentagem dele, nessa clearing-house, que então repassaria tais recursos, a juros modestos e prazos adequados, aos países deficitários. Na verdade essa sugestão do prof. Bulhões é uma atualização da própria maneira com que John Maynard Keynes via o funcionamento do FMI, quando da criação desse organismo, no início da década de 40.

Afirma-se na imprensa que o governo norte-americano montou um comitê informal cuja missão é elaborar e desenvolver melhor essas sugestões heterodoxas para os impasses financeiros internacionais, a fim de municiar de propostas viáveis o próprio governo. Um funcionário do Tesouro, o vice-secretário Timothy McNamar, veio a público desmentir a notícia. Aliás, nem se poderia esperar outra coisa, pois a confirmação de que o governo americano pretenderia apresentar novidades nesse terreno paralisaria as negociações ora em curso, e não só com o Brasil, o que, obviamente, não seria sensato. Mas é claro que não apenas o governo americano como os governos de todos os países envolvidos se não estão tomando tal providência deveriam tratar de tomá-la — e, em nossa opinião, é bastante plausível que a tenham tomado.

A questão fundamental é a seguinte: as dificuldades para o resgate da dívida não foram criadas pelos países devedores, e sim por uma conjuntura econômica internacional desfavorável. Mas agora essa conjuntura não pode melhorar se a questão da dívida não encontrar uma solução. Estamos, pois, dentro de um círculo vicioso que só pode ser rompido pelos países mais fortes economicamente, isto é, pelos países credores. Se eles encontrarem uma fórmula que reduza as dificuldades de resgate da dívida, a economia do conjunto dos países em desenvolvimento entrará em recuperação, e isso ajudará a recuperação da economia internacional.

Segundo um financista internacional, Felix Rohatyn, do Lazard Frères, se 300 bilhões de dólares da atual dívida de 700 bilhões fossem refinanciados para prazos de 20 a 30 anos, a juros de 6% ao ano, isso traria um desafogo de 15 a 20 bilhões de dólares por ano no balanço de pagamentos do conjunto dos países devedores. O que significa que eles disporiam de tais recursos para dinamizar os projetos de investimento que hoje estão sendo congelados por toda parte.

Nós não temos mais dúvida nenhuma que é da área internacional e é nessa linha de orientação — de perdão parcial da dívida, com prorrogação de prazos e redução de juros — que deve vir realmente uma solução. Acreditamos, inclusive, que as coisas podem caminhar nesse sentido, mesmo porque, se não caminharem, não será viável a recuperação econômica internacional que o mundo deseja. Sabemos perfeitamente que suscetibilidades e orgulhos nacionais constrangem os governos e os impedem de caminhar livremente na direção de soluções que no fundo reduzem a autoridade e o livre-arbítrio com que pretendem atuar sempre. De modo que por melhor que sejam as idéias, e as sugestões, é necessário ampará-las com firmes, claras e decididas ações políticas para que realmente se viabilizem em tempo hábil. Ou seja, antes que começem a surgir as inevitáveis e certamente dramáticas consequências sociais e políticas da recessão econômica nos países devedores.